



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE HISTÓRIA**

**QUANDO A APOLO 11 DESCEU AO NORDESTE: AS REPRESENTAÇÕES E  
TENSÕES DO DESENVOLVIMENTO E EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE  
CARRAPATEIRA (PARAÍBA, 1937-1969)**

**JOSÉ IRINEU MENDES PEDROSA**

**CAJAZEIRAS – PB  
2016**

**JOSÉ IRINEU MENDES PEDROSA**

**QUANDO A APOLO 11 DESCEU AO NORDESTE: AS REPRESENTAÇÕES E  
TENSÕES DO DESENVOLVIMENTO E EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE  
CARRAPATEIRA (PARAÍBA, 1937-1969)**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, em cumprimento às exigências para obtenção do título de licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto

**CAJAZEIRAS – PB  
2016**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)

Denize Santos Saraiva - Bibliotecária CRB/15-1096

Cajazeiras - Paraíba

P372r Pedrosa, José Irineu Mendes

Quando a Apolo 11 Desce ao Nordeste: As representações e tensões do desenvolvimento e emancipação política de Carrapateira ( Paraíba, 1937-1969) / José Irineu Mendes Pedrosa. - Cajazeiras, 2016.

50f. : il.

Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto.

Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2016.

**JOSÉ IRINEU MENDES PEDROSA**

**QUANDO A APOLO 11 DESCEU AO NORDESTE: AS REPRESENTAÇÕES E  
TENSÕES DO DESENVOLVIMENTO E EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE  
CARRAPATEIRA (PARAÍBA, 1937-1969)**

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto**  
**Orientador**

---

**Profa. Dra. Mariana Moreira Neto**  
**Examinadora**

---

**Prof. Ms. Leonardo Bruno Farias**  
**Examinador**

---

**Prof. Dr. Rodrigo Ceballos**  
**Suplente**

**CAJAZEIRAS – PB**  
**2016**

*A minha mãe, Maria Mendes Pedrosa.*

*Ao meu pai, Manoel Messias Mendes.*

*A minha Tia, Lúcia Mendes Bezerra.*

*DEDICO*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a DEUS, por tudo que tenho e que sou! Todos os meus projetos estiveram e estarão contidos no senhor.

A todos que contribuíram de alguma forma para o meu viver.

A você MÃE, que me deu a vida, que me ama incondicionalmente e que me fez este ser quem sou hoje!

LUCIA MENDES, tia, amiga, companheira, conselheira, minha primeira professora, me ensinou que o amor existe e que pode ser desfrutado nas pequenas coisas. Sempre me conquistou, sempre soube usar de argumentos que me moldasse. Realmente, a minha inspiração consiste nesta grande Mulher!

PAI, não poderia deixar de te mencionar nesta grande conquista de minha vida. Apesar de tudo, o senhor sempre esteve ao meu lado, nos melhores e nos piores dias da minha vida!

A minha esposa Daniela e minha filha Sophia, razões da minha existência, fontes de inspiração e de coragem a buscar sempre mais na vida.

AOS MEUS TIOS, TIAS e PRIMAS, que me acolheram quando mais precisei: na minha fase estudantil do Ensino Médio.

AOS PROFESSORES, que contribuíram direto e indiretamente para a construção do meu conhecimento e minha formação quanto cidadão crítico e questionador.

AOS AMIGOS, que acreditaram no meu potencial e me deram forças para que vencêssemos esta etapa da vida com alegria.

## RESUMO

O intuito deste trabalho é problematizar as representações do moderno e suas relações com o desenvolvimento urbano e a emancipação política de Carrapateira, um pequeno município do Alto Sertão do Estado da Paraíba. Buscou-se responder ao seguinte questionamento: como o município de Carrapateira se tornou emancipado politicamente, sem proporcionar um desenvolvimento urbano capaz de oferecer a sua população as melhorias proporcionadas pela modernidade da época? Seguindo as definições apresentadas pela história urbana e com o objetivo de analisar a representação da modernidade no processo de desenvolvimento que resultou na emancipação política do município, entre os anos de 1937 e 1969, procurou-se analisar as tensões presentes nesse processo. Para tanto, foram realizadas consultas a acervos jornalísticos, documentários, bibliografia sobre o tema e coleta de depoimentos dos moradores mais idosos da comunidade.

**Palavras-chave:** Carrapateira. Representações do Moderno. Urbanização. Emancipação Política.

## **ABSTRACT**

The aim of this work is to discuss the representations of modern and its relations with the urban development and political emancipation of Carrapateira, a small municipality of Hinterland State of Paraíba. He sought to answer the following question: how the municipality of Carrapateira became politically emancipated without providing an urban development able to offer its people the improvements provided by the modernity of the time? Following the definitions presented by urban history and to analyze the representation of modernity in the development process that resulted in the political emancipation of the city, between the years 1937 and 1969, he tried to analyze the tensions present in this process. To this end, consultations were held to journalistic collections, documentaries, literature on the subject and collecting testimonies of older residents of the community.

**Keywords:** Carrapateira. Modern representations. Urbanization. Emancipation Political.

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1.</b> A cidade de Carrapateira, em 1969 .....	18
<b>Imagem 2.</b> Venda de Nezinho Varejão, em 1969 .....	19
<b>Imagem 3.</b> Comércio Central, em 1969 .....	21
<b>Imagem 4.</b> Ruas de terra batida, em 1969 .....	27
<b>Imagem 5.</b> Praça central, Coreto e Capela de Santo Afonso, em 2004 .....	27
<b>Imagem 6.</b> Pátio central, em 1969 .....	34
<b>Imagem 7.</b> Casas do centro da cidade, em 1969 .....	34
<b>Imagem 8.</b> Padre Nicolau .....	35
<b>Imagem 9.</b> Ampliação da Capela de Santo Afonso, em 1996 .....	35

## **LISTA DE SIGLAS**

**IBGE**- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**PIB**- Produto Interno Bruto.

**JB**- Jornal do Brasil.

**FPM**- Fundo de Participação dos Municípios.

**ICMS** - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1. CARRAPATEIRA TEM CIÚMES DA APOLLO 11? .....</b>	<b>16</b>
<b>1.1. A primeira visita do <i>Jornal do Brasil</i>: “Carrapateira tem ciúmes da Apolo 11 .....</b>	<b>16</b>
<b>1.2. A segunda visita do <i>Jornal do Brasil</i>: “Carrapateira não tem ciúmes da Apolo 11...23</b>	<b>23</b>
<b>1.3 O documentário: <i>Carrapateira não têm mais ciúmes da Apolo 11</i>.....</b>	<b>25</b>
<b>2. AS SOCIABILIDADES MODERNAS COMO HISTÓRIA URBANA NO MUNICÍPIO DE CARRAPATEIRA.....</b>	<b>29</b>
<b>2.1. A modernidade vivenciada pela sociedade carrapateirense .....</b>	<b>34</b>
<b>2.2. O lazer como prático de sociabilidade no espaço urbano· .....</b>	<b>37</b>
<b>3. A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE CARRAPATEIRA .....</b>	<b>42</b>
<b>3.1. Os motivos da emancipação do município .....</b>	<b>43</b>
<b>3.2. O preço social para emancipação municipal.....</b>	<b>45</b>
<b>3.3. Os administradores e suas ações .....</b>	<b>48</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>50</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>51</b>

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar quando Apolo 11 desceu ao nordeste: representações do desenvolvimento urbano que resultou na emancipação política do município de Carrapateira, na Paraíba, entre os anos de 1937 e 1969.

Segundo informações contidas no portal Cidades@ do IBGE, o município de Carrapateira está localizado na região Oeste do Estado da Paraíba, limitando-se a Oeste e Sudoeste com a cidade de São José de Piranhas; a norte com a cidade de Nazarezinho; e a Leste e Sudeste com a cidade de Aguiar. Ocupa uma área de 54,7km<sup>2</sup>. O acesso, a partir de João Pessoa, é feito através da BR-230, distando 469,5 km da capital.

A pretensão em trabalhar com esta temática partiu da matéria publicada pelo “Jornal do Brasil”, no final da década de 1960, intitulada “Carrapateira tem ciúmes da Apolo-11”, que tratou de expor ao Brasil a contradição vivida entre os avanços tecnológicos propulsores da modernidade mundial e a realidade social de um pequeno e esquecido município paraibano naquele período. Na época, Carrapateira era considerado o município mais pobre dos então 3.951 do país, o de menor renda média de chefes de família, sem informações até sobre seu Produto Interno Bruto – PIB, que começou a ser contabilizado só a partir do censo de 2010.

Nesse sentido, buscamos compreender o desenvolvimento urbano e como uma cidadezinha que, oito anos após ser emancipada, apresentava uma população de 1.600 habitantes, quatro casas comerciais, onde não havia água encanada, energia elétrica, telefones, assistência médica e escolas, chegou a ser emancipada politicamente no início da década 1960. A realização da matéria jornalística que serve de base a este estudo tinha o intuito de mostrar um Brasil esquecido e desestruturado, concedendo uma emancipação política via ato governamental, mas sem dar as condições estruturais e financeiras necessárias para, também, emancipar a vida social dos habitantes de Carrapateira.

Realizou-se a pesquisa a partir de um recorte cronológico, entre 1937 a 1969, período em que Carrapateira sofreu uma série de transformações, passando de distrito à cidade.

O Sítio Carrapateira foi elevado à categoria de vila pelo então prefeito de São José de Piranhas, Malaquias Barbosa, por ocasião da construção das primeiras ruas, em

01 de fevereiro de 1937. Em divisão territorial, datada de 01 de julho de 1960, o distrito de Carrapateira, que figurava no município de São José de Piranhas, foi elevado à categoria de município. Com a denominação de Carrapateira, pela Lei Estadual nº 2612, de 11 de dezembro de 1961, foi desmembrado de São José de Piranhas e passou a ser dirigido pelo primeiro prefeito interino, José Batista Sobrinho, por ato de nomeação do Governo do Estado da Paraíba. Porém, o primeiro prefeito eleito foi Mozar Dantas de Oliveira, no ano de 1962.

Em 1969, entre os municípios brasileiros, Carrapateira recebeu o título da cidade mais pobre do país, segundo o IBGE. De tal modo que, naquele mesmo ano, chegou a Carrapateira uma equipe de reportagem para saber o que pensava aquele povo “esquecido pela modernidade”, resultando na reportagem “Carrapateira tem ciúmes da Apolo-11”, que mostrava o descompasso entre a sensação futurista da chegada do homem à Lua e o atraso econômico e social da cidade de um pouco mais de mil e quinhentos habitantes.

Por se tratar do surgimento de uma nova cidade, poderemos apresentar esses acontecimentos sobre a luz dos conceitos da história urbana. A história urbana, como área do saber, não é tão recente assim. Mas antigos ainda são os processos urbanos que ela se detém, acompanhando a própria história das civilizações espalhadas pelo mundo. No momento em que grupos de pessoas passaram a residir em um determinado território, surgiu a necessidade de se estabelecerem regras de convivência. Isso se faz presente desde as primitivas tribos humanas. Para o bem viver social, agora num espaço físico urbanizado, essas regras foram legalizadas em forma de Leis, de maneira que atendessem e facilitassem as relações sociais e espaciais dos indivíduos. Já afirma Ronald Raminelli (1997, p. 271) que “O caos urbano favorecido pela revolução Industrial incentivou as primeiras tentativas de planejamento urbano e de uma construção de uma cidade ideal”. Essas novas formas de vida em sociedade atraíram várias pessoas a elas, gerando, portanto, a necessidade de se ordenar e planejar a convivência dos indivíduos nos ambientes urbanos. Nesses termos, a história urbana é o campo da história que se propõe a investigar esses processos de formação, organização e desenvolvimento dos aglomerados urbanos ao longo do tempo.

Em termos metodológicos, buscamos uma análise nos arquivos digitais do “Jornal do Brasil”, que publicou reportagens sobre o município de Carrapateira a partir

dos anos 1960; do documentário “Carrapateira não tem mais ciúmes da Apollo 11”, de 2004/2005; e por narrativas de pessoas mais idosas da comunidade local para compreendermos as representações de urbanização e da emancipação política de Carrapateira.

As narrativas das pessoas mais vividas da comunidade poderão ser analisadas como relatos de uma história oral, pois nesta maneira de se contar a história há a valorização da memória humana como presença do passado, porque se torna testemunha das ações que foram vivenciadas. Embora possa ser uma construção de fragmentos representativos do passado, não totalizando a verdade como um todo, podemos construir o pensamento histórico por levar em consideração um conjunto de relatos dos indivíduos, avaliando os aspectos pessoais, sociais e culturais, de maneira que possamos entender como essas lembranças foram construídas.

Para tanto, estruturamos o presente trabalho em três capítulos. O primeiro busca uma abordagem de como aconteceu o processo de urbanização de Carrapateira, fundamentado nas reportagens do “Jornal do Brasil” “Carrapateira tem ciúmes da Apollo 11”, de 20 de julho de 1969; da segunda reportagem “Carrapateira não tem mais ciúmes da Apolo 11”, publicada no dia 19 de julho de 1999; e no documentário do cineasta Fabiano Maciel, “Carrapateira não tem mais ciúmes da Apollo 11”, de 2003/2004. A realidade social, de 1969, era de um dos municípios mais pobres do Brasil, com 1.600 habitantes e uma renda mensal de NCr\$ 500,00. Na contramão de uma realidade tecnológica vivenciada pelo mundo, na época, bem distante desta conjuntura social: o paradoxo da chegada do homem à Lua e o atraso da cidade recém emancipada. Muitos municípios brasileiros nasceram com esse caráter da dualidade entre o arcaico e o moderno, apontando para as representações da modernidade nesse processo.

No segundo capítulo, procuramos entender as sociabilidades modernas, como o povo se divertia, visto que esse aspecto se relaciona com a própria percepção da modernidade. Também se abordou a distribuição dos espaços modernos, a forma de lazer frequentada e vivenciada pela sociedade carrapateirense e qual a contribuição desse conjunto para as práticas modernas.

No terceiro capítulo, tratamos da urbanização e da emancipação política no município de Carrapateira. A ideia é dialogar com vários autores sobre urbanização, e

relacionar as construções físicas de espaços públicos como marcos que concretizaram e fortaleceram o processo de emancipação política da cidade, apontando a importância dessas edificações no contexto social vivenciado pelo município neste período.

## 1. CARRAPATEIRA TEM CIÚMES DA APOLLO 11?

Carrapateira é um pequeno município do alto sertão paraibano que, em 1969, era considerado o mais pobre entre os municípios do país. Essa classificação de pobreza não era título dado apenas para o município do sertão paraibano, mas a muitos outros em situações de subdesenvolvimento localizados no nordeste brasileiro.

O fato de estar no topo da lista dos mais pobres despertou o interesse de um grande jornal de abrangência nacional, na época, para apresentar ao Brasil uma relação entre essa realidade de subdesenvolvimento vivenciada por muitos dos seus municípios e os avanços tecnológicos da modernidade mundial em foco, neste caso, a corrida espacial vivenciada na década de 1960.

Desse modo, uma equipe de jornalistas do “Jornal do Brasil” veio até a cidade de Carrapateira perguntar a seus habitantes sobre a chegada do homem à Lua. Dessas entrevistas, foi construída e publicada a matéria jornalística “Carrapateira tem ciúmes da Apollo 11”, que tratou do sentimentalismo descrente da população com este fato e que, ao mesmo tempo, fazia-se perguntar se todo esse avanço tecnológico poderia contribuir para minimizar ou resolver o sofrimento social vivenciado por aquelas pessoas e de tantas outras em realidades de vidas parecidas no país.

Portanto, este capítulo analisa as narrativas produzidas pelo jornal, no intuito de pensar como lidaram com representações tensas e ambíguas da modernidade no Brasil – elemento que deveria ser a justificativa para a emancipação política da cidade.

### 1.1. A primeira visita do *Jornal do Brasil*: “Carrapateira tem ciúmes da Apolo 11”

Quando se buscava escrever a história, até a década de 1970, eram poucos os trabalhos que usavam como fonte de pesquisa jornais e revistas. De acordo com Tânia Regina de Luca (2008), já existia uma intenção em registrar a história da imprensa, mas havia uma aversão em escrever uma história utilizando-se da imprensa. A afirmação da autora ratifica a desconfiança entre os historiadores com o meio jornalístico em valer-se de publicações periódicas como fonte de pesquisa.

Isso porque o historiador comprometido buscava, obsessivamente, a apresentação da verdade do fato histórico e, sendo a maioria dos textos jornalísticos

uma exposição generalizada, sem uma análise crítica do fato, colocaria em risco a sua veracidade, tornando-se não harmônico com o ideal histórico. Entretanto, a concepção de fazer uso de periódicos como fonte de pesquisa para construir análises sobre um fato histórico foi alcançada através de um interesse em se repensar a história, seus problemas e interpretações. Portanto, a análise dos fatores históricos que expressam o desenvolvimento urbano e político de Carrapateira poderá ser realizada pela reportagem do “Jornal do Brasil”, que visitou o município nos anos de 1969 e 1999, registrando fatos ocorridos que serviram de fonte de pesquisa para a construção das reflexões históricas nesta cidade.

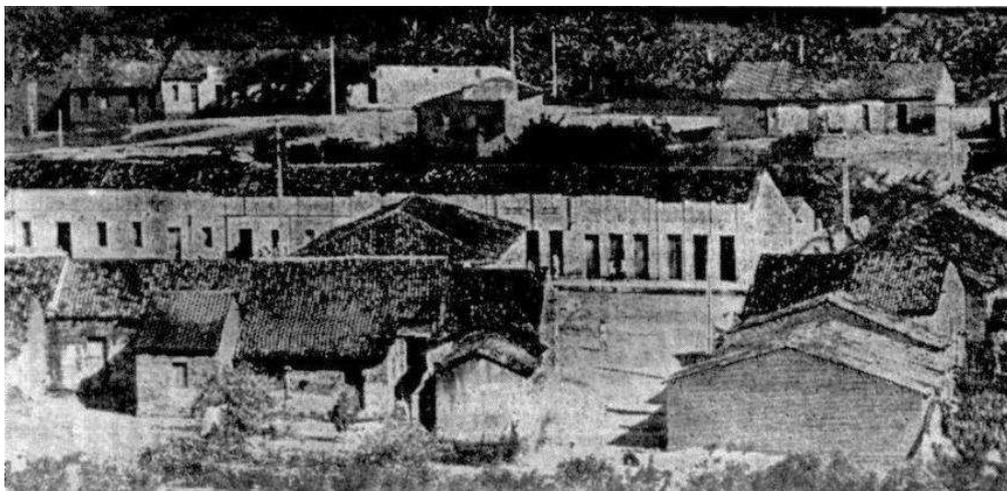
O jornal do Brasil é um tradicional jornal brasileiro, publicado diariamente na cidade do Rio de Janeiro e impresso até setembro de 2010, quando se tornou exclusivamente digital. Fazendo uso dessa fonte de informação, em julho de 1969, foi publicado que:

Carrapateira é um município perdido no sertão da Paraíba, entre os que o IBGE aponta como o mais pobre do Brasil. Ele está em primeiro lugar, com aproximadamente 1600 habitantes renda mensal de R\$ 500,00, quatro casas comerciais, 42 km<sup>2</sup>. Foi por isso escolhido pela pesquisa do JORNAL DO BRASIL para a cobertura da repercussão da viagem a lua que custou aos Estados Unidos a soma de US\$50 bilhões que corresponde ao orçamento do município durante 33.330 anos (FRANKLIN, 1969, p. 27).

Com base nos relatos publicados pelo “Jornal do Brasil”, Carrapateira se destacava como a cidade mais pobre do país. Partindo dessas constatações, o discurso pode ser tomado para se construir um paradoxo entre o atraso dessa comunidade, esquecida pelos avanços da modernidade, e o advento da modernidade, tendo como foco a visita do homem à Lua, em 1969. Carrapateira que não dispunha de nenhuma tecnologia em pleno Século XX, quando os indivíduos viviam da agropecuária de subsistência, o sistema de saúde era uma realidade distante, só sobravam os sonhos de dias melhores.

Na figura 1, podemos vislumbrar um pouco dessa realidade a partir da estrutura arquitetônica da cidade, em 1969. Pela arquitetura fotografada podemos fazer uma leitura de que não há uma harmonia com os novos padrões defendidos pela arquitetura

moderna brasileira, que buscava modernizar o campo da construção com os demais focos de desenvolvimento para o país.



**Imagem 1** A cidade de Carrapateira, em 1969 (BARBOSA, 1969, p. 27)

Partindo dessa realidade, a equipe do “Jornal do Brasil” veio a esta comunidade para apresentar ao país o que pensava o povo local sobre aquele grande passo que os americanos realizaram de levar o homem até a Lua, investindo uma soma de US\$ 50 bilhões, valor inimaginável para os moradores da cidadezinha de Carrapateira, no sertão da Paraíba. Nesse sentido, a matéria jornalística apresenta um paradoxo entre o arcaico e o moderno, relacionando a ida do homem à Lua como um grande avanço para humanidade, enquanto uma cidade brasileira não tinha sequer as ações governamentais necessárias para viver com saúde, educação e moradia de forma que gerasse cidadãos conscientes da realidade social.

Nos relatos apresentados pelos moradores da época, há uma indicação da simplicidade dos sujeitos em relação ao conhecimento entre os limites geográficos, financeiros e culturais da realidade local vivenciada pelos moradores e o acontecimento da chegada do homem à Lua:

Tu crê (...)? tem outro país lá em cima? (...) Nhô sim. Pois num chegaro a seis leguas? (...) Mas, já tem habitação? (...) No céu só Deus, no mundo o hôme (...) terra pra riba, de jeito nenhum. (...) O homem não tem poder (...) como o fuguete engancha lá? (...) Tudo é mentira. (...) isso é exploração do dinheiro (...). (FRANKLIN, 1969, p. 27).

De acordo com a interlocução que se dá numa pequena venda localizada no centro do aglomerado de prédios urbanos, o evento da chegada do homem à Lua é tão fabuloso quanto à cifra gasta para realizar a conquista.



**Imagem 2** Venda de Nezinho Varejão (BARBOSA, 1969, p. 27)

O diálogo apresentado mostra que alguns habitantes podiam acompanhar ao longe os “ruídos” produzidos pelas transformações tecnológicas, que lhes chegavam através das ondas do rádio. Mesmo faltando água encanada, energia elétrica, telefone, assistência médica e escolas, havia uma compreensão muito grande no que diz respeito à antítese entre modernidade e atraso; as pessoas que viviam nesta comunidade tinham ansiedade para serem envolvidos pelo novo. De fato, como mencionou o jornal, havia um ciúme porque este novo não chegava pra eles. Essa situação se explica no contexto do processo de modernidade vivenciada pela cidade localizada na zona do algodão, onde “um antigo povoamento, assentado sobre estruturas sociais arcaicas, atua como freio às mudanças sociais e econômicas, acarreta retardo da evolução técnica e material e desacelera o processo de urbanização” (SANTOS, 2008. p. 69).

Com todos os apanhados realizados pela equipe de jornalistas, em 20 de julho de 1969, é publicada na reportagem sobre o município de Carrapateira:

O resultado foi à reportagem Carrapateira tem ciúmes da Apolo 11, publicado alguns dias depois do fato histórico, mostrando o descompasso entre a sensação futurista da chegada do homem à lua e o atraso da cidade de cerca de dois mil habitantes, então uma das mais novas do Brasil, fundada oito anos antes, e onde os moradores custavam a crer que se pudesse descer na lua (FRANKLIN, 1969, p. 27).

Nessa época, devemos enfatizar que a imprensa escrita foi um instrumento de modernidade, pois a visibilidade de produtos e ações sociais era retratada através dos jornais escritos. Havia o rádio, porém, só se ouviam as notícias, não tinha algo que fosse visível aos olhos, como as fotografias e as variedades de anúncios de eletrônicos e demais itens figurativos expostos nos jornais.

Esse fato nos condiciona a ideia de representação apresentada por Chartier que faz uma analogia entre uma imagem presente e um objeto ausente, uma aproveitando-se do outro, porque ambos compartilham da mesma opinião, para definir o conceito. As representações, diz Chartier (1991, p. 185), “visam, de fato, a fazer com que a coisa não tenha existência a não ser na imagem que exhibe, que a representação mascare ao invés de pintar adequadamente o que é seu referente”, assim, ela se transforma em “uma máquina de fabricar respeito e submissão, num instrumento que produz uma exigência interiorizada, necessária exatamente onde faltar o possível recurso à força bruta” (CHARTIER, 1991, p. 186).

Adotando esse conceito para relacionar as intenções dos meios de comunicação, enquanto “possuidores da informação” e “formadores de opiniões”, Soares (2009: 22) afirma que:

O caso do jornalismo é o mais controvertido, do ponto de vista da propriedade e precisão das representações. [...] aceita-se com naturalidade a ideia de que um comercial [...] contenha representações construídas e tendenciais, mas é difícil admitir essa inclinação quando se trata de uma reportagem, devido à suposição de um compromisso ético e profissional desse gênero em estabelecer uma relação referencial com a realidade. No entanto, o jornalismo é necessariamente um relato particular dos acontecimentos, uma narrativa construída sobre um aspecto de mundo selecionado.

Tendo por base os conceitos expostos, podemos dizer que o foco do “Jornal do Brasil” também era se enquadrar nesta linguagem das representações. Ao consolidar uma reforma editorial, em 1961, o jornal passou a explorar os atributos do lead

americano, a diagramação sem fios, absolutamente revolucionária não só no país como mundialmente; o uso da fotografia e da ilustração; a pesquisa preliminar e a discussão sobre comunicação fomentada por publicações teóricas (MALIN, 2010).

Por isso, os relatos jornalísticos, quando buscamos compreender os acontecimentos vividos por parte do povo daquela comunidade e a sua reação ao saber da chegada do homem à Lua, tinham o propósito de representar algo que queriam expor ao público brasileiro, fazer ver na cena apresentada a falta de modernização dos recursos utilizados pela comunidade local. Talvez essa seja o tipo de representação que o jornal queria expor, como falta do cuidado público com a sociedade:

João Balbino põe óleo diesel no gerador, gira a manivela e liga a chave. O barulho é surdo, mas ritmado. Cinco lâmpadas se ascendem, todas fracas. Somente cinco. Duas na cornija da igreja de Santo Afonso, padroeiro do vilarejo, único monumento da vila pobre, ajudam a iluminar o pátio. Uma, mais forte, clareia a casinha de Chico Gomes, o prefeito, onde a cachaça é sempre longa e conversada. As outras ficam na bodega de Adonias, primeiro a recolher a notícia dada pelo norte-americano Cliff Mortimer [...] (FRANKLIN, 1969, p. 28).

Podemos então visualizar o paradoxo vivido por parte das pessoas dessa cidade entre os efeitos da modernidade tecnológica, em saber que o homem foi à Lua e sua cidade não tinha nem energia elétrica. Dessa forma, havia-se a descrença no fato. Compreendiam que os avanços modernos os rodeavam, mas em Carrapateira nada acontecia, tornando-os distantes de todas as vivências do moderno.

Outro fator que identifica o paradoxo da vivência arcaica do pequeno município com os acontecimentos modernos do período é o econômico.



**Imagem 3** Comércio Central (BARBOSA, 1969, p. 27)

Como representação jornalística do período, a imagem 3 mostra um aglomerado de pessoas no Comércio Central, que nos remete a uma visão sobre a economia pobre de Carrapateira. No início do seu processo de urbanização e emancipação política, a cidade estava necessariamente ligada ao comércio de produtos da agricultura de subsistência e com venda dos excedentes, trazidos pelos próprios agricultores. A imagem manifesta elementos que integram o chamado circuito inferior da economia, pois o comércio de produtos vindos diretamente do roçado e da pecuária, embora seja importante para a manutenção do abastecimento da pequena cidade, não geraria aportes financeiros significativos ao município. Mesmo sendo um produto como o algodão, já estava sendo suplantada a demanda da produção para um campo mais industrializado, tomando dos “fazendeiros” a preferência pelo processo inicial do descaroçamento do produto, vindo a falirem aqueles que, um dia, tinham investidos em máquinas de descaroçamento de algodão, como exemplos da cidade de Cajazeiras, cidade pólo do município de Carrapateira.

Por todos os fatores apresentados, percebe-se que a vida econômica da cidade é mantida não pelos grandes negócios nem muito menos pela indústria, mas pelo pequeno e, no máximo, pelo médio comércio do algodão, da pecuária e produtos alimentícios vindos de roçados do pequeno agricultor. Com isso, podemos entender que a atividade agropecuária de Carrapateira teve um papel decisivo no lento processo de urbanização da cidade.

É interessante apresentar o que Sampaio (2008, p. 47) destaca:

O fenômeno histórico do surgimento de uma cidade não pode ser analisado apenas considerando o seu crescimento físico e demográfico, mas se faz necessário compreendê-la como um espaço complexo, irradiador e controlador da vida social, econômica, política e cultural.

Logo, se o processo urbanístico não levar em consideração os fatores citados pelo autor ele será excludente, porque não permitirá aos indivíduos inseridos nessa ação a igualdade no acesso aos direitos sociais, ampliando, assim, a pobreza da população urbana periférica por não permitir a essa população moradias adequadas e nem mesmo os serviços urbanos mais essenciais como: saúde, educação, saneamento

básico, segurança e demais ações públicas destinadas para tais fins de crescimento urbano com qualidade.

Desse modo, após oito anos da emancipação política vivenciada pelo município de Carrapateira, o jornal apresentou ao país esse paradoxo entre uma vivência arcaica sabedora de uma modernidade externa que não conseguia chegar a seus moradores; uma localidade que era uma vila passar a ser município por força de lei, mas que essa ação não produziu realmente sua independência financeira; não proporcionando ao município autonomia para gerenciar seu próprio destino e liberdade para prosperar.

Assim, em 1969, a jovem cidade de apenas oito anos de emancipação política se constituía em um dos mais pobres municípios do Brasil. Não há uma forte indicação de que o poder público tenha realmente concentrado esforços para a modernização da cidade nesse período e alguns problemas permanecem assolando o espaço urbano carrapateirense.

As construções desordenadas como visto nas imagens, que já eram uma realidade desde sua existência como vila, continuavam a contribuir para um atraso na formação do tecido urbano. A vida agrária era mantida pelos seus moradores sem ter acesso ao padrão de vida urbana, a exemplo de outros municípios circunvizinhos, que já apresentavam maior desenvolvimento e melhores aspectos de civilidade. Dessa forma, a imagem de uma cidade que mais apresentava ser uma pequena comunidade rural, sem receita suficiente para mudar sua realidade para os moldes urbanos trazidos pela modernidade da época, com uma inicial desorganização na sua estrutura arquitetônica, sem escolas, sem atendimento a saúde, sem água, sem esgotos, sem luz elétrica é contraposta por uma atmosfera de modernidade trazida pelo imaginário popular da conquista da Lua realizada pelo homem.

Segundo a imprensa, o município estava longe de adquirir uma feição moderna, civilizada. Mesmo assim, as expectativas sobre esse assunto geravam na comunidade local a esperança de que esse moderno desenvolvimento tecnológico, pressuposto do progresso e da modernização, levaria a cidade a um patamar radicalmente novo.

## **1.2. A segunda visita do *Jornal do Brasil*: “Carrapateira não tem mais ciúmes da Apolo 11”**

[...] Trinta anos depois o **JORNAL DO BRASIL** refez a odisseia jornalística. Encontro muita coisa diferente, (...) (VASCONCELOS, 1999, p.01).

30 anos se passaram. A equipe do “Jornal do Brasil” voltou à cidade de Carrapateira e constatou que, em 1999, muitos dos avanços modernos esperados pelo povo da localidade não chegaram como esperavam. É fácil perceber que a cidadezinha do sertão da Paraíba não acompanhou o progresso, apesar do título da matéria ser “*Carrapateira não tem mais ciúmes da Apolo 11*”, visto que a sociedade já trazia consigo o conhecimento que o homem já havia posto os pés na Lua, mas que suas vidas não tinham mudado quase nada, no condizente com a modernidade esperada com a realização deste fato.

É bem verdade que a cidade havia mudado nos 30 anos decorridos. Foi pelo rádio, sintonizando as ondas curtas da “Voz da América”, que os moradores de Carrapateira acompanharam o voo da Apolo 11, até Neil Armstrong se tornar o primeiro homem a pisar na Lua. Não havia energia elétrica, muito menos televisão. As conquistas terrestres chegavam a passos lentos na região. Dos 1.600 habitantes da cidade em 1969, em 1999 eram 2.094; a luz elétrica foi instalada naquele mesmo ano de 1969; o calçamento de paralelepípedo em 1977; a água canalizada em 1993; já possuía um posto dos correios; em toda a estrutura da administração pública havia três computadores sem acesso a internet; 430 das 450 casas eram de tijolos, em substituição as de taipas, e 50 delas ostentavam antenas parabólicas; 11 escolas municipais e 02 estaduais; das 400 crianças existentes no município, somente 14 estavam fora da escola (VASCONCELLOS, 1999).

No entanto, a cidade ainda se encontrava sem rede de esgoto e sem agência bancária. O serviço de telefonia não atendia toda a população, com apenas um posto telefônico com dois aparelhos de telefone. A economia continuava sendo baseada numa agricultura de subsistência nocauteada por três anos seguidos de estiagem e num comércio precário dividido em 06 pequenas mercearias e 12 bares por todo o município; a dependência quase total de receitas do Fundo de Participação dos Municípios para pagar 178 servidores públicos municipais, onde a prefeitura sozinha absorvia 66% da mão-de-obra do município. Depois do FPM, outras rendas como as 180 famílias inscritas no Programa Bolsa Escola, os salários dos professores da rede estadual e dos

aposentados fazia com que a cidade vivesse em uma realidade financeira um pouco melhor do que em 1969.

Mesmo atribuindo sentido oposto ao título da matéria, Carrapateira não teria mais ciúmes da Apolo 11, percebe-se que o “Jornal do Brasil” permaneceu destacando as contradições da modernidade: a iminência do moderno Século XXI esbarrava no arcaísmo de uma pequena e pobre cidade interiorana, ainda marcada pelos limites econômicos e pelas restrições sociais: “Por trás de quase todas essas mazelas que não se curvam ao progresso está a seca. Os carrapateirenses são antes de tudo devotos do Padre Cícero. Como a Apolo 11 só não fez chover, eles ainda dependem da fé” (VASCONCELLOS, 1999). Entre 1969 e 1999, Carrapateira permanecia em ritmo lento de desenvolvimento, e o “Jornal do Brasil” permanecia representando a cidade a partir das tensões entre o rural e o urbano e o arcaico e o moderno.

### **1.3. O documentário: *Carrapateira não têm mais ciúmes da Apolo 11***

Incrustada no sertão da Paraíba, a 400 quilômetros de Campina Grande, Carrapateira (outro nome dado à mamona) mudou pouco desde que Neil Armstrong pisou na Lua, às 23 horas, 56 minutos e 20 segundos do dia 20 de julho de 1969. Naquela época, a aventura espacial mobilizou os moradores da cidade em discussões permeadas de religiosidade, misticismo e ironia. “O mundo vai acabar” era a certeza de grande parte da população; “O Homem esteve lá, a Lua é logo ali” afirmava um dos defensores da conquista; “Não vi o Homem chegar à Lua, mas freqüentei muito a boate Apolo em Irecê na Bahia” dizia outro morador. O orçamento da NASA para o projeto em 1969 era o equivalente a 33.330 anos do orçamento da prefeitura de Carrapateira (VASCONCELOS, 1999, p. 01).

Apropriando-se do enredo das matérias publicadas pelo “Jornal do Brasil”, especialmente a de 1999, o documentário *Carrapateira não tem mais ciúmes da Apolo 11* apresentou (ou representou) a cidadezinha esquecida pelas ações públicas que possibilitassem a vivência da modernidade por sua população. Carrapateira não havia mudado alguns dos seus conceitos religiosos, místicos, econômicos e sociais, após trinta e cinco anos do episódio do homem pisar na Lua, isto é, em 2004, quando o documentário foi produzido. A cidade trazia uma marca profunda da ideia de que o mundo não parou, mas ela sim. O progresso não chegou e a modernidade tão esperada era algo distante para os seus olhos.

Após três décadas e meia, a fim de averiguar o que foi escrito pela equipe jornalística do “Jornal do Brasil” sobre uma cidade pobre, de um povo sofredor que desconhecia a modernidade, outra representação do moderno em Carrapateira ganhou forma: o documentário *Carrapateira não tem mais ciúmes da Apollo 11*, procurando mostrar as marcas do novo dentro do espaço social.

A filmagem do documentário em 2003/2004 teve como ponto de partida essa história curiosa de 1969 que, segundo o idealizador do documentário, Fabiano Maciel, era “um primor de texto que trata com lirismo a descrença popular ante o acontecimento iminente, ao mesmo tempo em que aponta para as carências desta realidade, sobre se toda a tecnologia espacial um dia irá minimizar este sofrimento terreno” (DOURADO, 2004). Para ele, o resultado é uma linguagem surpreendente, fugindo da estética tradicional do documentário. Essa linguagem unificou passado e presente, aferindo a estagnação temporal do município, como se o tempo para a cidade estivesse suspenso entre as duas matérias jornalísticas:

[...] um tempo mítico em que o fato de o Homem ter pisado na lua ontem ou descoberto água em Marte hoje parece pertencer à mesma dimensão temporal, mas estruturalmente a vida em Carrapateira não mudou. Eles vivem o mesmo tempo de carência e precariedade, onde a chuva e a graça divina ainda são as principais fontes de esperança para quem ali permanece (DOURADO, 2004).

Para Carrapateira, 35 anos havia se passado. Na ocasião, o cineasta Fabiano Maciel – gaúcho de 39 anos, radicado no Rio de Janeiro – e sua equipe vieram à cidade para constatar que os avanços modernos não chegaram como deveria. Apesar do título da matéria ser *Carrapateira não tem mais ciúmes da Apolo 11*, não significa que a cidade tenha perdidos os motivos para ter ciúmes, mas sim o artifício dessa inveja é que mudou, pois o mundo não parou, mas Carrapateira sim.

Para contar essa história, o diretor Fabiano Maciel refez o percurso a fim de entender como os habitantes de Carrapateira viram a façanha da conquista do espaço e como os moradores das mais variadas faixas etárias refletiram sobre que consequências isto trouxe para a vida deles, além da visita ocasional de vários jornalistas.

O documentário buscou mostrar exatamente questões sérias como a fome, a seca e o subdesenvolvimento crônico da cidade e de muitas outras em estado de igualdade, que estão perdidas no extenso território brasileiro, mais precisamente na

região Nordeste do país. De uma forma crítica e respeitosa, mas com uma aura lúdica e divertida, retomou-se o elo entre o moderno e o arcaico.

A cidade mudou nesse período. Quando olhamos para o ano de 1969, vemos que o voo da Apolo 11 foi acompanhado pelos habitantes de Carrapateira através das ondas do rádio. Após esse tempo, a população usufruiu de um item da modernidade que é a televisão. Em 2004, quase todas as casas do município possuíam parabólicas e televisores. Entretanto, muitas sem acesso a água. As ruas do município de oito anos de emancipação política eram de barro batido.



**Imagem 4** Ruas de terra batida (BARBOSA, 1969)



**Imagem 5** Praça Central, Coreto e Capela de Santo Afonso (MORIER, 1999)

De acordo com informações fornecidas pela Prefeitura Municipal de Carrapateira, através da secretaria Municipal de Infraestrutura (2016), no ano de 2004, o município continuava sem rede de esgoto, nem agência bancária. Tinha cinco telefones públicos, vários órgãos do município possuíam telefone. Existia um posto dos correios, 94% dos domicílios possuíam antenas parabólicas. Em 1969, não havia nenhuma escola, hoje existem onze (11), e em 2009, após 40 anos, implantou-se uma de Ensino Médio. A economia, baseada num comércio precário e numa agricultura de subsistência prejudicada por três anos seguidos de estiagem, de 2002 a 2004, fez com que a cidade dependesse de, em média, R\$ 100 mil reais mensais que recebia do Fundo de Participação dos Municípios. Esse dinheiro pagava os gastos com alimentação, o salário dos nove vereadores e dos quase 200 funcionários da prefeitura, no período. Sozinha, a prefeitura absorvia 28% da mão de obra e era a maior empregadora da cidade. Depois do Fundo, as principais fontes de renda são as aposentadorias e os auxílios do governo. Das quase 500 famílias da cidade, 360 estão inscritas no Programa Bolsa Família, conforme dados informados pela secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania (2016)

Na realidade atual, não houve grandes alterações; a não ser nos índices apresentados os quais cresceram, conforme a população também tenha aumentado no passar dos anos. Hoje o Fundo de Participação dos Municípios – FPM tem uma média de rentabilidade mensal equivalente a R\$ 500 mil reais para continuar mantendo os gastos com alimentação, a Câmara Municipal de Vereadores e toda sua estrutura atual e dos quase 300 funcionários da prefeitura mais 60 trabalhadores avulsos (contratados e diaristas). Sozinha, ela absorve aproximadamente 20% da mão de obra continua sendo a maior empregadora da cidade. Ainda depois do Fundo, as principais fontes de renda são as aposentadorias e os auxílios do governo. Das quase 650 famílias da cidade, 450 estão inscritas no Programa Bolsa Família. O que observamos é que o lugar continua sendo um contraste entre as promessas do que poderia ser um mundo novo e aquele fim de mundo:

A justaposição da carência social com a tecnologia avançada da corrida espacial, proposta pelos primeiros jornalistas e depois retomada uma e outra vez, só fariam sentido se conseguíssemos resgatar a lógica do pensamento desta população ao longo destes 35

anos. Assim precisávamos de uma linguagem que desse conta do pensamento selvagem que perpassa o mundo mágico da tecnologia, a memória onírica dos moradores de Carrapateira e suas representações sobre o presente e a realidade onde eles vivem (DOURADO, 2004).

Portando, podemos observar as disparidades de uma cidade do Alto Sertão, que recebe o título pelo IBGE da cidade mais pobre do Brasil e que aparece em contraste com a tecnologia de um país moderno e o atraso vivenciado por muitos municípios deste mesmo país. É interessante destacar que Carrapateira foi escolhida para gravação do documentário pelos fatos jornalísticos narrados pelo “Jornal do Brasil”, mas não que fosse a única cidade do Brasil que apresentasse tamanhas características, muitas cidades viviam na época aquela mesma situação de Carrapateira. Quando chegou o ano de 2004, o país já estava com o montante de 5.564 municípios, e Carrapateira ocupava o 4.618º lugar no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, não porque a vida de seus habitantes tenha melhorado, mas sim porque o país ganhou novas cidades com condições piores do que a vivenciada neste município.

Nos três casos, as duas matérias do “Jornal do Brasil” e o documentário, verificam-se um olhar externo para Carrapateira. São representações elaboradas por sujeitos que não viviam na cidade e que, portanto, traziam outros referenciais sobre a modernidade urbana. De toda forma, essas representações exerceram e ainda exercem um peso muito forte sobre os habitantes de Carrapateira, uma vez que impuseram/impõem um estigma de cidade atrasada, que precisa de um profundo esforço político para se modernizar e melhorar as condições de vida locais.

## **2. AS SOCIABILIDADES MODERNAS COMO HISTÓRIA URBANA NO MUNICÍPIO DE CARRAPATEIRA**

Segundo Simmel, *apud* Raminelli (1997, p. 284), existe uma “(...) luta dos indivíduos em manter sua autonomia e singularidade face à vida moderna, face à sociedade, à herança histórica, à cultura e às técnicas”. A partir dos comportamentos adotados, levando em consideração todos esses pontos citados, surgem os modelos

urbanos, definindo cidades que surgiram com um tipo de desenho urbano para uma determinada função.

Para Afonso (2006, p. 37):

A urbanização é o processo intrinsecamente ligado à dinâmica das relações sociais. Nas situações não urbanizadas, o caminhar define o raio de ação da vida cotidiana e a apreensão do mundo. A sobrevivência está intimamente ligada aos recursos locais, definindo-se modelos específicos de organização espacial para cada conjunto de recursos. No processo de urbanização, meios variados e eficientes de deslocamento de pessoas, produtos, informações e ideias transformam essas relações, e a cidade se constitui no lugar onde vários grupos, embora permanecendo distinto um dos outros, encontram entre si possibilidades múltiplas de coexistência e de trocas mediante a partilha legítima de um mesmo território.

Portanto, a valorização da qualidade estética e formal dos espaços construídos, deve ter incluso a preocupação com os aspectos econômicos, culturais, religiosos, políticos e sociais da população que estará interagindo com este ambiente físico. Porém, de acordo com Raminelli (1997, p. 292), houve uma diferença entre o processo de formação das cidades na América Latina, de acordo com o país que colonizava determinado espaço geográfico:

A cidade colonial espanhola seria originalmente planejada e peça primordial para manutenção do território conquistado, enquanto a portuguesa nasceria do acaso, sem método, nem regras, sendo um local entre os engenhos e a Europa.

Com esta diferença, a definição de cidade para a historiografia brasileira, já que foi colônia de Portugal por longo tempo, era empregada somente àquele espaço geográfico que se apresentava com autonomia econômica em relação ao campo. Com isso, todo o surgimento e estruturação das cidades brasileiras passaram por essa “falta de planejamento” de relacionar a vida cotidiana da população com o espaço geográfico a qual estivesse inserida.

Para um melhor entendimento, podemos exemplificar esse fato com as reformas de Pereira Passos, que modificou o centro do Rio de Janeiro, e se irradiou pelos demais centros de maior expressividade urbana do país, como o caso de São Paulo, Recife,

Salvador, Fortaleza, Belo Horizonte, que necessitaram ser modificadas para se adequarem à vivência das populações de cada cidade.

Já a capital paraibana, que também seguiu de perto o ideário civilizador da modernização, ao longo das primeiras décadas do Século XX, passou por uma gama de melhoramentos como alargamentos de ruas, abertura de avenidas, construção de parques e praças públicas e ainda a edificação de incontáveis imóveis públicos e privados de acordo com os padrões arquitetônicos em vigor na época.

Seguindo o exemplo de sua capital, muitas cidades do interior paraibano também vivenciaram, no início do século passado, algum tipo de transformação significativa no que concerne aos seus aspectos urbanos, sobretudo, com relação a espaços mais adequados a mobilidade e lazer.

Porém, olhando para esse contexto de transformações, observamos que Carrapateira começou a existir sem experimentar, de forma significativa, dessas mudanças estruturais na sua arquitetura e, conseqüentemente, no seu modelo de vivência urbana. Podemos vislumbrar a imagem da falta desses atributos no relato aportado pelo “Jornal do Brasil” (1969, p. 28):

Tudo parece parado, imóvel: o pátio, a igrejinha, homens e mulheres, alguns acorados, outros recostados. Todos, inclusive crianças nuas, envoltos no silêncio circular da vila. [...] Três bodegas, jumentos soltos, [...] Tudo parado – árvores, bichos, gente [...] e no pátio quatro coqueiros formam a feira: um pedaço de carne de sol, três cangalhas de jegue, uma sela, quase nada para 600 molambos que modorrando na poeira tornam a paisagem mais sombria.  
[...] cinco lâmpadas se acedem. Todas fracas. Somente cinco [...].

Pelo relato, as cenas sociais apresentadas trazem uma necessidade de mudança na socialização da vida urbana, através de transformações sócio-econômicas e espaciais. Talvez por isso, até o ano de 1969, oito anos após sua emancipação política, as atividades econômicas desenvolvidas não estimularam a formação de um núcleo urbano de expressão. Até então, o que existia era apenas um povoado sem grande importância.

A partir da década de 70, esse cenário começou a mudar. Ganhou uma série de inovações como a chegada da luz elétrica, do telefone, da popularização do rádio, da chegada de alguns aparelhos de TV, da prática do futebol que, somados a uma série de

melhoramentos urbanos e à construção de grandes casarões no centro, deixavam um ar de modernidade e de civilização na cidade.

Esses acontecimentos poderão ter tido relação direta com a situação brasileira do momento que, alcançando a década de 1960, o Brasil obteve índices de desenvolvimento econômico significativos, embora essa melhora relacionava-se em forma de contraste com a problemática social. Esse desenvolvimento foi bastante falho, chegando somente apenas uma mínima parcela da população, mas que, de algum modo, mudou um pouco a cara da urbanização das cidades brasileiras, entre estas o município de Carrapateira.

Contudo, tanto a década de 60 como a de 70 para o país foram classificadas como anos de mudanças, nos quais aconteceram mudanças na estrutura da produção e da sociedade, nos comportamentos políticos, nas manifestações culturais e na reforma urbana das cidades. Quanto ao intuito da reforma urbana, Ribeiro e Pontual (2009, p. 07) afirmam que:

A reforma urbana não queria dizer reforma de cidade, no sentido de embelezamento ou modernização simplesmente. É certo que a questão física da cidade era privilegiada, ou seja, era por meio de um novo ordenamento, incluindo aí equipamentos, serviços e habitações para todos, que se alcançariam ou se promoveriam melhorias sociais e econômicas. Outros itens foram incorporados ao discurso em torno da RU, [...] como também o forte conteúdo político de seu discurso, [...] as causas e consequências da migração populacional.

O advento do governo militar, a partir de 1964, trouxe consigo o chamado Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. A meta passou a ser o alcance do desenvolvimento nacional e regional e a promoção das reformas institucionais necessárias, por parte dos governos municipais, para fazerem frente aos novos padrões de crescimento econômico, ficando a urgência da reforma urbana dos municípios para outro momento.

O tema Reforma Urbana só voltou a ser abordado na década de 1980, num outro processo que resultou em sua incorporação aos artigos 182 e 183 do capítulo referente à política urbana da Constituinte de 1988, que englobaria neste assunto a função social nas ações de urbanização de uma cidade.

Dentro desse contexto vieram as consequências nas formas das mudanças estruturais e culturais nas cidades brasileiras. Assim, aflorou novos meios de comunicação como a televisão, que se tornou o principal veículo, generalizando-se em todas as camadas sociais para poder influenciar essa sociedade a uma prática de consumo; atingindo igualmente o pequeno município de Carrapateira, que entusiasmou diretamente na transformação dos costumes pois trazia até este lugar longínquo o que estava em evidência naquele momento, as músicas das paradas, as normas de beleza, a exaltação do individualismo e do consumismo. Esse fato é enfatizado por Amorim (2007, p. 07), quando afirma que:

A influência da televisão [...] e no comportamento social é indiscutível. Sua veiculação alterou valores e impôs costumes, formando, mesmo dentro dos desníveis sócio-econômicos, uma população totalmente envolvida por suas informações

Tudo isso nos direciona para a discussão que queremos aprofundar: as concepções de modernidade que passaram a influenciar uma pequena cidade no alto sertão da Paraíba, de modo que o poder público também procurou fomentar a modernização a partir da implantação de espaços de lazer e entretenimento destinados à população local, que atendessem a essa ansiedade social em estar a par dos fatos que aconteciam Brasil afora.

Para tanto, houve a implantação da energia elétrica, disponibilização de aparelho de TV em praça pública, construção da praça central no local do antigo comércio, calçamentos de ruas, construção de centro social urbano, construção de escolas da rede municipal de ensino, reforma do prédio da prefeitura municipal, sendo o primeiro com dois andares na cidade, construção de creche e demais estruturas físicas no cenário urbano de Carrapateira, que se estendeu até os anos 1980.

Com essas mudanças houve uma maior participação da juventude no envolvimento com esportes, basicamente o futebol. Com as informações trazidas pelo rádio e a TV sobre os times do Rio de Janeiro e São Paulo, criou-se um incentivo da comunidade juvenil local em imitar os atletas dessas equipes. Quando a seleção brasileira de futebol conquistou o tri-campeonato mundial no México, no ano de 1970, criou-se uma euforia nacional, principalmente nesses jovens, com o sonho de se tornarem parte daquela conquista.

## 2.1. A modernidade vivenciada pela sociedade carrapateirense

Assim como todas as cidades, Carrapateira possui um passado peculiar a ser narrado. Um passado que está retratado nas histórias narradas por seus moradores, que se encantam ao falarem dos tempos áureos, do processo arcaico e a chegada de inovações, as quais denominam de modernidade. O encantamento logo surge ao se deparar com uma fotografia da época, nos detalhes das casas, e da praça rústica, enfim em uma série de marcas que foram deixadas no imaginário social.



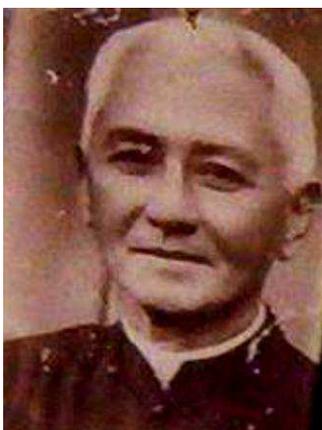
**Imagem 6** Cena do pátio-praça central (BARBOSA, 1969)



**Imagem 7** Modelos de casas do centro da cidade (BARBOSA, 1969)

É neste cenário de mudanças e transformações que iremos tratar um pouco das origens da cidade e dos seus desbravadores, constatando que são poucas as referências sobre o período nesse momento da história de Carrapateira.

Poderíamos apontar como surgimento da modernidade no vilarejo, a construção da capela de Santo Afonso Maria de Ligório, no ano de 1919, pelo então vigário Pe. Nicolau Leite, na época pároco da vizinha cidade de São José de Piranhas. Segundo os moradores mais antigos, esse fato é tido como sendo o início de um desenvolvimento econômico do local, pois influenciou no surgimento da feira livre realizada pelos agricultores e pequenos pecuaristas do vilarejo e das cidades circunvizinhas.



**Imagem 8** Pe. Nicolau



**Imagem 9** Ampliação da Capela de Santo Afonso (1996)

Após esse fato, o vilarejo foi se desenvolvendo chegando a formação de uma praça e seis ruas, a igreja, a prefeitura, o mercado/comércio velho, quatro bodegas e as poucas casas; do outro lado da praça existia uma porteira e um caminho estreito, cheio de curvas, que levava ao cemitério. Essa imagem se perpetuou de 1939 até metade dos anos 1970.

Partindo do ponto de vista mais sistemático, poderíamos dizer que essa urbanização e modernização não aconteceram num período de tempo muito curto. Muitos casos foram desdobrados para se chegar a um singelo desenvolvimento, que podemos chamar de uma modernidade bucólica.

Sabe-se que o desenvolver de um centro urbano passa por vários processos e transformações e pela interferência de vários fatores sociais. Logo, com Carrapateira não foi diferente. A população sofreu com essas transformações porque, de maneira

imediatamente, a coletividade local não era adepta a essas mudanças, visto que era necessário realizar doações de terrenos para as construções de prédios públicos. Em muitos casos os donos das propriedades não queriam se desfazer, gerando assim vários conflitos familiares (PEREIRA, 2013).

No entanto, para a modernidade adentrar uma sociedade ela deve estar aliada à técnica e a um agente empreendedor para poder oferecer garantias ao seu processo. E quem poderia oferecer esses meios para que a sociedade se organizasse de forma moderna e ordenada seria o Estado e o setor privado, com suas atuações organizacionais capazes de romperem com as amarras da tradição, atuando como elementos de transformação social.

Contudo, esse fato não foi vivenciado pelos pequenos municípios brasileiros, pois tanto o Estado Brasileiro como o setor técnico-científico-informal (setor privado) executaram ações que criaram uma divisão urbanística para o país, dividindo-o em: um Brasil Urbano e Moderno e outro Brasil Agrícola e Arcaico, em vez de orientar para um único propósito de modernidade urbana. Barcelar (2009, p. 06) afirma que:

O Brasil agrícola insere cidades que se articulam em um espaço de produção agrícola modernizado, que evidencia um padrão de urbanização diferencial, em que a vida nas cidades integra-se ao mundo agrícola, não apenas rural, e não totalmente ao mundo urbano.

Pela exposição do autor, podemos classificar o município em estudo neste patamar de rural com traços de urbano, apresentando alguns itens de modernidade em poucos elementos de sua sociedade. Então, como se sentir morador de uma cidade moderna, se a rotina do campo continuou entre a população? Como se sentir envolvido numa modernidade urbana, se não havia a estruturação física de ruas e prédios, a oferta de emprego no setor comercial ou industrial?

Com isso buscamos adentrar as ideias de Freitas (2007, p. 237) expondo que,

As cidades são antes de tudo uma experiência visual. Traçado de ruas, essas vias de circulações ladeadas de construções, os vazios das praças cercadas por igrejas edifícios públicos, o movimento de pessoas e a agitação das atividades concentradas num espaço.

Nessa perspectiva, relacionamos o pensamento exposto e os fatos contidos nas narrações de alguns moradores do município, todos com mais de 70 anos, que vivenciaram esses acontecimentos. O senhor José Pereira (85 anos) expôs que:

Carrapateira deu-se inicio ao seu desenvolvimento em 1939 quando foi elevada a categoria distrito, as primeiras construções marcaram este período [...], como o cemitério público, várias construções de casas começaram a ser feitas entorno da capela, e uma grande feira que era realizada todas as semanas chamavam a atenção de todas as cidades e sítios circunvizinhos, este inicio foi o marco em expansão econômica, onde era realizada compras e vendas de animais e alimentos (PEREIRA, 2012).

As declarações apontam para um processo de urbanização que aspirava uma modernidade vindoura, mas que a realidade ainda era rural: um cemitério, uma capela, algumas residências e uma “grande feira”. Por conseguinte, a cidade em formação não efetivará uma transição tranquila entre o tradicional e o moderno, pois quanto mais a sociedade aceitar e vivenciar os efeitos da modernidade em seu seio, maior será a exposição dos problemas internos que essa sociedade deverá vivenciar e resolver.

## **2.2. O lazer como prática de sociabilidade no espaço urbano**

As práticas de sociabilidade se caracterizam pelo desejo que as pessoas possuem de interagirem entre si, seja o individuo pertencente a classes sociais da elite ou das camadas mais populares, porque somos seres sociáveis. Assim, pela sociabilidade, conseguimos expressar e materializar de alguma forma os nossos valores culturais, religiosos, políticos e sociais. Nas classes mais abastadas, esses desejos se mostram antenados com as novidades, em especial, vindas de outras regiões. Já nas camadas mais populares, materializam-se no dia-a-dia da convivência coletiva ocorrida nas diversas cenas da cidade e suas vias. Em outras palavras, a sociabilidade revela aquilo que queremos vivenciar como lazer social, independente do segmento social.

Numa análise de Almeida e Gutierrez (2005, p. 39), estudando o lazer social nos anos 1960 até início dos anos 1970, elucidaram que:

O lazer popular mantinha a tradição do lazer de rua, o circo e as festas típicas católicas. As práticas esportivas tinham como espaço a rua, a

empresa e os campos improvisados. Na cidade, ainda em desenvolvimento, havia muito espaço livre para a população de baixa renda organizar atividades lúdicas, enquanto que os setores mais abastados tinham os clubes esportivos e os parques públicos situados, em geral, nas regiões mais valorizadas.

As práticas e os espaços destinados ao lazer em Carrapateira eram um pouco divergentes das exemplificações dados pelos autores. O aglomerado urbano, no período entre vila até se tornar cidade (1939-1961) e mesmo muito tempo após isso, se prolongando até os dias atuais, não oferecia opções diferenciadas de lazer. Por isso, coube à criatividade social buscar meios de fugir da rotina local e criar elementos para aproveitar momentos de lazer.

Carrapateira, mesmo sendo uma cidade pequena, apresenta vários pontos naturais que se tornavam bem aptos a momentos de lazer e de sociabilidade. Isso tudo propiciado por fenômenos naturais, no período das chuvas na região, que vão em média de janeiro a abril, a população pode, e atualmente ainda o faz, desfrutar de cachoeiras naturais, banhos de açudes (lagoas) em diversas localidades; a vista panorâmica da serra do cruzeiro; a igreja de Santo Afonso e sua história de fundação; o Sítio do Letreiro com escritas rupestres e os bailes realizados por som mecânico de antigas vitrolas no comércio velho, como os moradores mais velho chamam. Todos esses espaços de lazer, quase todos estão sendo utilizados até hoje, se caracterizavam nos momentos de diversão da sociedade carrapateirense no período pesquisado.

Outro fator presente como diversão na sociedade daquele período era a utilização de bebidas alcoólicas, ocorrência ainda fortemente presente nos dias atuais. Observando a publicação do “Jornal do Brasil” (1969, p. 28) podemos exemplificar o uso de aperitivos como um ato de sociabilidade presente nesta comunidade:

(...) As lamparinas cochilam mendigando o querosene escasso, o odor de aguardente se eleva como fumaça. [...] – o prefeito nauseado, limpa a boca suja de macaxeira e bebe novo gole. [...] O prefeito graceja e destampa outra garrafa. – Só se levar umas garrafas de Pitu. Os homens sobem nas mesas, riem alto.

Além da sociabilidade através da aguardente, havia os bailes todos os finais de semana. Muitas pessoas de Carrapateira, dos sítios e cidades circunvizinhas passavam por aqui para se divertirem, o mais interessante era que se reuniam no galpão localizado

na praça Santo Afonso – antigo comércio. O som era exposto em uma vitrola a disco de vinil, que as pessoas se esbanjavam nos diversos tipos de músicas e estilos que disponíveis. Os homens passavam muito tempo nas bodegas bebendo cachaça ou outras bebidas. Para as mulheres, o melhor momento era quando chegava à noite dos finais de semana, quando as moças colocavam seus vestidos rodados e saíam para o baile. O mais interessante é que no local das festas ocorriam muitas brigas, por motivos banais, como por exemplo, levar um fora de uma moça e ver outro cavalheiro dançando com ela. As festas mais marcantes aconteciam no período do natal, ano novo e a festa do padroeiro.

Em conversa com a Senhora Leonilia, muito nos chamou atenção as suas palavras ao afirmar:

O que marcavam estas festas na época era a divisão de classes, onde nos bailes era passada uma corda em que dividia brancos de negros, é marcante a presença do preconceito nesta localidade no século XX, mas mesmo assim eles aceitavam, e a diversão estava garantida a noite inteira, nos bailes tocava xote baião, bolero, valsa, forró, frevo, samba, entre outros estilos, a felicidade era intensa, mas o sistema de namoro era muito rígido, as moças não tinham a liberdade que as de hoje tem. (LEONILIA, 2012)

Essa narrativa nos revela um fato marcante na sociedade brasileira, que foi e é ainda o preconceito racial. Na verdade as pessoas sempre estiveram relacionadas ao preconceito, mesmo numa cidadezinha pequena.

O senhor José Pereira, lembrando-se do tempo de juventude no pequeno vilarejo e comparando com a experiência de ter estado trabalhando na capital bandeirante, declara: “Aqui a gente não vive. Passa pela vida!”.

Nessa colocação do senhor Pereira, observamos que havia insatisfação com aquilo que a cidade oferecia à população. Embora buscassem um aspecto de modernidade vivendo em um aglomerado rural, com alguns itens disponibilizados pela tecnologia do momento, não havia opções de diversão suficiente que fossem compatíveis com outras formas de lazer vivenciadas em grandes cidades, especialmente para aquelas pessoas que saíram daquele mundo local para outros lugares do país e conheciam outras possibilidades de divertimentos. Ao retornarem para sua cidade, essas pessoas não conseguiam aceitar as formas de lazer oferecidas por Carrapateira como suficientes para seu prazer.

Tratando dessa questão, Pesavento (2007, p. 14-15) afirma sobre a relação cidade e sociabilidade:

A cidade, na sua compreensão, é também sociabilidade: ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos. Marcas, todas, que registram uma ação social de domínio e transformação de um espaço natural no tempo. A cidade é concentração populacional, tem um pulsar de vida e cumpre plenamente o sentido da noção do 'habitar', e essas características a tornam indissociavelmente ligados ao sentido do 'humano': cidade, lugar do homem; cidade, obra coletiva que é impensável no individual; cidade, moradia de muitos, a compor um tecido sempre renovado de relações sociais.

O homem está intrínseco ao meio social, dependendo dele para os diversos tipos de relações, está inserido na sociedade, faz parte de um legado de cultura que descobrimos aos poucos, precisamos dessa sociabilidade para construir nossa formação social e intelectual. Não só da labuta vive o homem, mas de tudo aquilo que o cerca. Desde os nossos ancestrais, os povos já buscavam formas para se inserir, e esta sociabilidade era tida também como qualquer forma que pudesse quebrar com a rotina do dia-a-dia. São esses movimentos de interação que fazem do homem moderno um ser social.

A sociabilidade é a capacidade da espécie humana de viver em sociedade, desenvolvida pelo processo de socialização. Pela socialização o indivíduo se integra ao grupo em que nasceu, assimilando o conjunto de hábitos e costumes característicos daquele grupo. Participando da vida em sociedade, aprendendo suas normas, seus valores e costumes, o indivíduo está se socializando. Quanto mais adequada à socialização do indivíduo, mais sociável ele poderá se tornar.

Então a cidade é palco destas grandes transformações. Como podemos perceber, Carrapateira foi palco dessas mudanças nas formas de lazer, com novas definições nos modos de sociabilidade. Os jovens atuais passam maior parte do dia na internet, ferramenta que no passado não existia; nos finais de semana reúnem-se e vão para os sítios vizinhos, para os bares beberem e se divertirem, é algo que acontece toda semana; à noite o ponto de encontro é na pracinha Santo Afonso, no domingo após a missa, já que atualmente a antiga capela se tornou Paróquia de Santo Afonso, reúnem-se sentados

na renovada Praça de Santo Afonso para colocarem os assunto e informações em dias, é bem interessante ver esses momentos de interação social.

No comentário de dona Izabel, podemos criar um paralelo entre as formas de lazer e sociabilidade do passado com as atuais:

Graças ao advento da luz elétrica é lindo ver a pracinha de santo Afonso cheia de rapaz e moça, brincando, rindo, paquerando, no nosso tempo não era assim, sentávamos nas calçadas como nossos pais, com o candeeiro aceso, não podíamos sequer sair, porque eles não deixavam por conta do escuro o motor desligava muito cedo, e cedo tínhamos que dormir (IZABEL, 2012).

Neste mesmo sentido, citemos as colocações do senhor Joel:

Os tempos mudaram dizem os moradores desta cidadezinha, as roupas não são as mesmas, a forma de se vestir não é a mesma, as moças gostam de poucas roupas, realmente é tudo diferente, vemos coisas que parece ser o fim do mundo (JOEL, 2013).

O que percebemos nessa abordagem é que as pessoas, ao mesmo tempo em que veem as diferenças, ficam assustados com as mudanças acarretadas por uma modernidade tão almejada.

Finalmente, ao buscarmos compreender os processos de sociabilidade a partir das formas de lazer vivenciados pela sociedade Carrapateirense no passado e na sua atualidade, constatamos que as limitações existentes se relacionam ao próprio ritmo da urbanização e da modernidade locais.

### 3. EMANCIPAÇÃO POLITICA DO MUNICÍPIO DE CARRAPATEIRA

O processo de emancipação de um território geralmente se dá no intuito de formar um novo centro urbano (uma nova cidade). Segundo Magalhães (2007), esses processos tiveram início no Brasil a partir de 1930 e aumentaram significativamente entre os anos de 1950 e 1960, diminuindo com o regime militar (1964-1980), e voltando a ocorrer com mais frequência a partir do final do Governo Militar.

De acordo com Silvio e Lima (2010, p. 03),

Os maiores aumentos em valores absolutos ocorreram ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1990. Em termos percentuais, entretanto, os primeiros períodos foram muito mais expressivos, registrando, respectivamente, elevações de 32%, entre 1950 e 1960, e de 30%, entre 1960 e 1970.

No início da década de 1960 até meados da década de 1970, aparentemente, se caracterizou a emancipação de municípios como algo incentivado e até facilitado pelo Governo Federal, cujas decisões acabaram sendo também seguidas pelos estados da federação. De acordo com Silvio e Lima (2010, p. 04), *apud* Mello (1992),

(...) uma das causas da onda emancipacionista verificada no Brasil nessas décadas está no sistema de tributos partilhados, que favoreciam, sobretudo, os municípios mais pobres, através do Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Quando foi introduzido pela Constituição Federal de 1946, as cotas eram iguais para todos os municípios, levando alguns governos estaduais a estimularem a criação de novos municípios de modo a atrair recursos do Governo Federal para o seu Estado.

Porém, Magalhães (2007, p. 01) aponta que, ao ficar emancipado, o município terá responsabilidades a cumprir:

(...) a Constituição de 1988 atribuiu aos municípios competências tributárias próprias e participações no produto da arrecadação de impostos da União e dos estados. Em contrapartida, foi ampliada a esfera de obrigações dos municípios na prestação de serviços públicos essenciais.

Assim, os vários municípios emancipados no Brasil na década de 1960, não o foram porque as transformações econômicas e políticas no país proporcionaram um processo concreto de modernização da nação, mas porque havia o meio legal de fazê-lo. Com isso, muitas cidades foram emancipadas sem a estrutura mínima que lhes adequassem uma transição de uma realidade rural para uma modernização urbana, de forma que essa ação viesse a ser sentida na sua população de maneira efetiva, tornando homogênea a produção dos bens necessários com a capacidade de consumo dessa sociedade. Acabavam ficando em situação de sobrevivência mais difícil, pois teriam que gerar formas de se sustentarem por meios próprios.

No entanto, seguindo essa tendência de facilidades da legislação brasileira, o deputado estadual José Cavalcante, em consonância com representantes políticos do Distrito de Carrapateira e da cidade de São Jose de Piranhas, criou o projeto de lei, que depois se tornou a Lei Estadual nº. 2612, de 11 de dezembro de 1961, na qual instituiu o Município de Carrapateira. No imaginário social, acreditou-se que somente por esse fato a comunidade carrapateirense viveria uma melhor fase na sua história, pois se acreditava que a partir da instituição de uma representação política da própria comunidade seria mais profícua a relação entre as ações da gestão pública presentes na cidade, com a realidade da modernidade tão almejada na vida da população local.

Magalhães (2007, p. 15) atenta para o fato de que, “No caso de regiões estagnadas, a emancipação irá se constituir em maiores gastos legislativos e de pessoal e provavelmente não será, sozinha, capaz de promover o desenvolvimento local.” Mesmo assim, de acordo com Noronha (1996) *apud* Magalhães (2007, p.15), “o desmembramento de cidades vem, geralmente, para melhorar a vida dos cidadãos dos distritos que se emanciparam”. Assim, a população ficava a esperar que o moderno adentrasse suas vidas, proporcionando-lhe mais crescimento e desenvolvimento social, melhorando significativamente o bem estar de todos, a partir das ações públicas dos seus gestores.

### **3.1 Os motivos da emancipação do município**

Vários motivos surgem em uma comunidade quando passa a querer emancipar-se politicamente do município sede, aqui no Brasil. Segundo Magalhães (2007, p. 14),

Uma consequência destacada da descentralização e do federalismo municipal tem sido o crescimento dos recursos fiscais, tanto em termos absolutos quanto em relação ao PIB, disponíveis aos municípios em relação aos recursos disponíveis aos estados e União. Esse crescimento vem ocorrendo desde a segunda metade da década de 1960.

Contudo, o que as populações enxergam como motivação de uma possível emancipação é a negligência por parte da administração do município de origem, a existência da atividade econômica da localidade, o tamanho geográfico do município de origem e o aumento populacional vivenciado pela comunidade. No caso de Carrapateira, podemos identificar pelos relatos das pessoas mais idosas da cidade que o motivo principal elencado pela população da época foi essa falta de atenção da administração do município de origem e a grande extensão territorial do mesmo, já que a atividade econômica da vila Carrapateira era fraca, tendo sua fundamentação na agropecuária de pequeno porte, além de a população não atingir 1.200 habitantes em 1960. Assim, de acordo com Magalhães (2007, p. 14),

[...] essas justificativas possuem íntima relação entre si, como por exemplo o descaso por parte da administração do município de origem e sua grande extensão territorial, pois quanto mais distante estiver a população da sede do município mais difícil será atender aos seus anseios.

Portanto, podemos deduzir que havia um anseio da população local por este ato emancipatório. NORONHA (1996) *apud* Magalhães (2007, p.15) classificou como “razões políticas, que consistiam na tentativa de grupos locais formarem núcleos de poder”, embora que, para a totalidade da população, não houvesse a compreensão de quanto essa nova realidade iria estar intrinsecamente ligada a novas exigências financeiras para todos ali presentes. Acreditavam que o ato emancipatório traria condições regulares para a promoção do desenvolvimento local.

O que aprendemos com isso é sabermos que, como o Brasil é um país de dimensões continentais, há a necessidade de leis que sejam condizentes com a realidade desta diversidade social; pois o pensamento e a vontade social de uma comunidade localizada no sul do país, por exemplo, é bastante divergente de outra no nordeste brasileiro. Tendo, como exemplo, o município estudado, Carrapateira, que por suas características geográficas, financeiras e populacionais poderia ser classificado como

uma região estagnada, dependente desde sua emancipação exclusivamente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) que, de acordo com Magalhães (2007, p. 15), “Um valor mínimo é dado para municípios com menos de 10.188 habitantes e um máximo é dado para municípios com 156.216 habitantes.” De tal modo que, para Citadini (1998) *apud* Magalhães (2007, p.16),

(...) o sistema de transferências constitucionais cria vínculos de dependência que afetam as finanças municipais. Qualquer problema econômico na esfera federal ou estadual que reduza as respectivas arrecadações repercute nas transferências municipais e faz que os municípios deixem de receber componentes essenciais dos seus orçamentos. Como a maioria, senão a quase totalidade, das despesas municipais é inflexível, a consequência será o desequilíbrio das finanças locais, o déficit de execução orçamentária e o déficit financeiro.

Essa realidade é vivenciada pelo município de Carrapateira há tempos, tendo várias consequências na administração financeira de suas receitas públicas. De acordo com levantamento junto a Secretaria de Finanças da Prefeitura (2016), a administração pública municipal acumula mais de 30 meses de salários atrasados aos servidores públicos municipais, durante os seus 54 anos de emancipação política, por falta de verbas federais, em períodos de queda do FPM, suficientes para o mínimo cumprimento da folha de servidores, sem levar em consideração os demais fornecedores, mostrando que Citadini (1998) *apud* Magalhães (2007, p.16) apresenta uma conclusão verídica quando afirma que “hoje há várias centenas de municípios, em todo o país, quase absolutamente inviáveis em termos financeiros”.

### **3.2. O preço social para a emancipação municipal**

Há um contra-senso financeiro entre o surgimento de um novo município e aquele já existente que o mantém, enquanto distrito. Gomes e MacDowell (2000) *apud* Magalhães (2007, p. 20),

(...) enfatizam que os benefícios diretos da criação de municípios atingem uma pequena parte (não necessariamente a mais pobre) da população brasileira que vive nos pequenos municípios, mas prejudica a maior parte da mesma população, que habita os outros municípios, cujos recursos se tornaram mais escassos.

Nesse sentido, os pequenos municípios brasileiros, dentre estes Carrapateira, de acordo com Bacelar (2009, p. 07) “participam com apenas 9,9% das receitas tributárias do país (ISS, IPTU, ITBI, ICMS etc.) [...] os repasses Federais e Estaduais são as fontes vitais desses municípios, que não conseguem gerar receita interna.”. Com essa característica de cidade pequena, com pequena população e conseqüentemente com eleitorado reduzido, Bacelar (2009, p. 08) diz que,

(...) este repasse toma foro político e, quase nunca, os critérios de repasse tomam com base o aspecto puramente técnico. As cotas são técnicas, mas para cobrir as necessidades de seus municípios os prefeitos das pequenas cidades necessitam sempre de repasses complementares nos âmbitos estaduais e federais que nunca chegam dado ao seu pequeno peso político frente a estes poderes.

Logo, com todos os entraves sociais vivenciados pela população do município de Carrapateira com o seu processo de emancipação, esta comunidade tinha o direito de saber que a conta a ser paga pela sociedade, pelo motivo desta autonomia política, era significativamente alta. Dependeria exclusivamente dos repasses federais, que estão vinculados ao seu montante populacional, não tendo um crescimento urbano e de sua população de maneira que pudesse gerar receita capaz de possibilitar esse crescimento de forma autônoma, dependendo seu processo de operacionalização administrativa, do seu coeficiente baixo, fator decisivo para os repasses de ordem estadual (ICMS) e federal (FPM).

Outro fator de fundamental importância para os pequenos municípios brasileiros é que acabam arcando com uma grande parcela da prestação de serviços que seriam de obrigatoriedade dos governos federal e estadual e até mesmo da iniciativa privada. No caso específico de Carrapateira, tendo como norte o que aponta Bacelar (2009, p. 09), o município acabou, no decorrer dos anos emancipados, tendo gastos

(...) como no caso da [...] manutenção das viaturas policiais e também parte considerável do combustível; a Unidade Municipal de Cadastramento; a Junta de Alistamento Militar; [...] o serviço local de Fomento Agropecuário; a doação de imóveis para instalação de agências bancárias estadual, federal e privada; (...).

Isso gera ônus para o município, que se vê obrigado a oferecer tais serviços, pois se assim não o fizer a população ficará sem atendimento necessário à comunidade.

Portanto, essa falta de recursos financeiros acarretava em problemas sociais que agiram contrários ao crescimento municipal. Se observarmos o município de Carrapateira no decorrer de sua história emancipatória, identificaremos que houve um mínimo ou quase estagnado crescimento populacional, quando na fala do senhor Pereira (2016) afirma haver o dobro da população do município residindo em outros estados brasileiros. Desse montante, segundo ele, a maioria são mulheres. O que nos leva a acreditar que o município continua com a agropecuária de pequeno porte como uma atividade econômica significativa, pois conforme Bacelar (2009, p. 14) esse,

(...) fato pode ser explicado pela necessidade maior do homem em atividades rurais que ainda exigem força física ou até mesmo pela partilha de pequenos sítios, que geralmente ficam com o primogênito masculino, devido à exigüidade de área destas propriedades rurais.

Assim, a conta de existência de um novo município torna-se cada vez mais onerosa, pois como o parâmetro técnico que define o montante de repasses destinados ao município pelos governos estadual e federal está diretamente relacionado à população, as pequenas cidades que já tem pouquíssimos recursos passarão a sofrer mais cortes devido essa perda populacional. Sendo essa realidade constante, num decorrer de tempo de 54 anos de emancipação política, como no caso de Carrapateira, provocando, de acordo com Bacelar (2009, p.15) “(...) uma estrutura precária de inserção na rede urbana que se mostra, a partir do período técnico-informacional, eficiente do ponto de vista capitalista”.

Desse modo, o processo de emancipação política dos pequenos municípios brasileiros cobra uma estruturação financeira que acaba sendo onerosa à população, na busca da concretização do processo de urbanização e modernização da nova cidade. Segundo (BACELAR, 2009), a falta destes recursos acarretava uma transação “mal resolvida” entre o arcaico e o moderno, escancarando os problemas internos da pequena cidade. A modernidade busca destruir as fronteiras e limites entre os avanços tecnológicos e políticas públicas capazes de proporcionar uma vida social mais estável ao cidadão, ao mesmo tempo em que ensejam novos e mais complicados questionamentos sociais, políticos e culturais.

### **3.3. Os administradores e suas ações voltadas para a modernização do município**

As atividades transitórias tiveram início na data de 11 de dezembro de 1961, mas sua instalação oficial aconteceu em 28 de dezembro daquele mesmo ano, com a posse do prefeito interino José Batista Sobrinho e tendo como secretário José Pereira Sobrinho que exerceu o cargo até o ano de 2012. Tendo exercido também um mandato de vice-prefeito entre 1966 e 1969.

Com a chegada do ano de 1962, o povo se preparou para eleger o seu primeiro prefeito. De acordo com José Pereira, a primeira eleição transcorreu tranquilamente, sem nenhum incidente, mas com contestação nos resultados apresentados pelas apurações. Contudo, foi declarado como prefeito eleito Mozar Dantas de Oliveira, tendo como Vice-Prefeito o Senhor Francisco de Assis Delfino. Os representantes do poder legislativo eleitos foram: Pedro Vieira de Sousa, Antônio Vieira da Silva, Antônio da Silva Almeida, João Vieira de Oliveira; Galdino Antônio da Silva e José Roberto Gomes.

Como feitos administrativos para efetivar o processo de urbanização e envolver a sociedade carrapateirense nos ares da modernidade naquele período (1962-1966), o prefeito Mozar França – seu pai, Pedro José de França, foi um dos interessados pelo desenvolvimento social de Carrapateira; hoje homenageado com o seu nome em uma das ruas principais da cidade e na escola do referido sítio onde residiu – construiu a caixa d'água que passou a ser o principal sistema de atendimento na distribuição de água para toda comunidade, um grupo escolar no Sítio Bonfim das França e algumas estradas ligando o centro urbano a comunidades rurais. A justificativa da realização de tão poucas ações foi dada pela escassez dos valores econômicos destinados ao município durante o período do mandato.

Esse fenômeno de poucas melhorias estruturais das novas cidades com dimensões territoriais e humanas tão pequenas, para Magalhães (2007, p. 20), está relacionada com o fato de que, “[...] a maior parte dos recursos recebidos pelos novos municípios destina-se a gastos de pessoal, essa nova alocação de receitas provavelmente não estimula na mesma proporção à produção nos municípios pequenos.”

Com o advento das eleições, de 15 de novembro de 1966, teve-se como resultado a eleição do Senhor Francisco Gomes Pedrosa para prefeito e como vice-prefeito o senhor José Pereira Sobrinho (1967-1970). Os vereadores eleitos para o período foram: Valdeci Cardoso de Miranda, Antônio Vieira da Silva, José Batista, Epitácio Galdino da Silva, João Roberto de Lira, José Roberto Gomes e João Leite de Oliveira.

As características inovadoras dessa administração foram: a construção do prédio da Prefeitura (imagem 04) e o grupo escolar do Sitio Bonfim dos Pedrosa. A justificativa para tão poucas obras também foi a falta de recursos financeiros suficientes para realizar muito mais feitos.

O que nos apresenta o histórico desses cinquenta e quatro anos de emancipação política da cidade de Carrapateira é, talvez, o mesmo processo político dos demais municípios brasileiros, que já nasceram contaminados com o “vírus” da velha, e sempre em uso, política. Promessas vão, promessas vêm, algumas cumpridas, outras, não. Figurinhas repetidas ao longo dos anos, facilitando com isso cada vez mais os desvios de verbas públicas, a rivalidade política partidária constante presente nos pleitos eleitorais. E, contudo, a cada período eleitoral, o povo vai às urnas e renova as expectativas de ver cumpridas as promessas feitas por aqueles que pleiteiam os cargos públicos neste município, em busca da sonhada modernidade que nunca chega a ser concreta na sua totalidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcorrer deste trabalho foi apresentada uma série de reflexões acerca da descida da Apollo 11 ao nordeste e as representações do moderno e suas relações com o desenvolvimento urbano e a emancipação política do município de Carrapateira, na Paraíba, durante o período de 1937 a 1969.

A ideia de modernidade fez-se ruidosa e esperada com o advento da emancipação política do município e os avanços tecnológicos que marcaram essa transição na década de 1960 para esta pequena cidade sertaneja.

Com a emancipação política e administrativa de Carrapateira, concluímos que não houve a independência financeira do Município, pois não havia uma receita própria suficiente para que seus administradores gerenciassem seu próprio destino e tivessem liberdade para prosperar.

Carrapateira vivenciou um processo de urbanização incipiente e uma emancipação política tensa e ambígua: ao mesmo tempo em que passava a funcionar independente de São José de Piranhas, trazia as marcas de um arcaísmo arquitetônico, social, econômico, político e cultural. Por essa razão, o “Jornal do Brasil” a escolheu para exemplificar as contradições tecnológicas mundiais: simultaneamente à chegada do home à Lua, a cidade mais pobre do Brasil vivia sob a égide das limitações sociais. Isso mostra como não necessariamente a criação de municípios no Brasil obedece a critérios sociais concretos, mas sim a anseios de grupos políticos locais. Talvez por isso, ainda hoje, Carrapateira permaneça limitada em sua esfera urbana e social.

Hoje, apesar de todas as expectativas da comunidade, a cidade parece vaticinada a continuar à sombra dos recursos provenientes do Governo Federal. Construída sobre os alicerces da agropecuária de pequeno porte, não consegue superar esse quadro. Cresce lentamente e não oferece perspectivas de desenvolvimento e provoca o êxodo de muitos de seus filhos para outras localidades dentro e até fora do país. Custa conseguir administrar a receita proveniente do FPM para promover seu crescimento e desenvolvimento, ainda nos dias atuais, que cada vez mais é algo a ser cobrado e fiscalizado pela população.

## REFERÊNCIAS

- AFONSO, Cintia Maria. **A paisagem da Baixada Santista: urbanização, transformação e conservação**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2006.
- AMORIM, Edgard de. **História da TV brasileira** [recurso eletrônico] – São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 2007.
- BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. **Pequena cidade: uma caracterização**. V Encontro de Grupo de Pesquisa em Educação e Território – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2009.
- CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, abr. 1991.
- DOURADO, Leonardo. **Carrapateira não tem mais ciúmes da Apollo 11**. 2004. Disponível em: <<http://www.telenews.com.br/carrapateira/contato.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2016.
- FRANKLIN, Mário Lúcio; BARBOSA, Roberto. Carrapateira tem ciúmes da Apollo 11. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 27-28, 20 jul. 1969.
- GOLDENBERG, Mirían. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MALIN, Mauro. **JB em 1968**. Observatório da Imprensa – ISSN 1519-7670 - Ano 19 - nº.902; 2010. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/jb-em-1968>>. Acesso em: 15 mar. 2016.
- MAGALHÃES, João Carlos. **Emancipação político administrativo dos municípios no Brasil**. Disponível em: <[http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Capitulo1\\_30.pdf](http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Capitulo1_30.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2016.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53, jun. 2007.
- RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion (Orgs). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

RIBEIRO, Cecília; PONTUAL, Virgínia. A reforma urbana nos primeiros anos da década de 1960. **Arquitextos**, São Paulo, a. 10, n. 109, 07 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.109/50>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

SAMPAIO, Aparecida Pires. **A produção social do espaço urbano de Ipatinga-MG: da luta sindical à luta urbana**. Campos dos Goytacazes: Universidade Cândido Mendes, 2008. 93f. Tese (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidade) - Programa de Pós-Graduação em Nível de Mestrado, Universidade Cândido Mendes, Campo dos Goytacazes, 2008.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido**. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVIO, Jorge Kleber Teixeira; LIMA, Maria Helena Palmer. **Evolução do marco legal da criação de municípios no Brasil**. Disponível em: <[ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao\\_territorial/divisao\\_territorial/evolucao\\_da\\_divisao\\_territorial\\_do\\_brasil\\_1872\\_2010/evolucao\\_do\\_marco\\_legal\\_da\\_criacao\\_de\\_municipios\\_no\\_brasil.pdf](ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/divisao_territorial/evolucao_da_divisao_territorial_do_brasil_1872_2010/evolucao_do_marco_legal_da_criacao_de_municipios_no_brasil.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2016.

SOARES, Murilo César. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

VASCONCELOS, Paulo; MOREIR, Luiz. Carrapateira não tem mais ciúmes da Apollo 11. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Caderno B – p. 01-06, 19 jul. 1999.